Casa dos Conselhos e Comissões
"Augusto Ângelo Zanatta"
Avenida Koeler, 260 - Centro
CEP: 25685-060 - Petrópolis - RJ
TELEFONE: (24) 2246-9077 – 2249-4300

Conselho Municipal de Cultura
Petrópolis - RJ

ATA MARÇO/2021 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Cultura, realizada de forma *on-line*, no dia 01 de março de 2021, às 18 horas.

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, pela plataforma Google Meet de videoconferência, sob a presidência de Diana Iliescu, representante titular do segmento de audiovisual, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura com a presença dos conselheiros representantes do Instituto Municipal de Cultura e Esportes: Leandro Kronemberger, Sandro Gomes, Maria Luísa Rocha Melo, Ana Carolina Vieira, Leonardo Cerqueira, Inez Petri, Nilcéa Fráguas e Andréa Almeida, contando ainda com as seguintes outras presenças: conselheiro Augusto Andriolo, representante da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica; conselheiro Elie Mikail e seu suplente Jorge Rossi, representantes do segmento de artes cênicas; conselheira Rafaela Lisboa, representante do segmento de museus e patrimônio histórico-cultural; conselheira Aline Castella, representante suplente do segmento de audiovisual; conselheira Sandra Oliveira Leite, representante da Secretaria de Educação; conselheiro Leonardo Sindorf, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; conselheira Neiva Maria de Abreu Voigt, representante do segmento de dança; conselheiro André Amon e sua suplente Lilia Olmedo Monteiro, representantes do segmento de produção cultural; conselheira Rosa Damasceno Paranhos, representante do segmento de artes visuais; conselheiro Marcelo Xavier, representante do segmento de artesanato; conselheiro Marcos Carneiro, representante do segmento de cultura germânica; conselheira Marilia Mills, representante da Turispetro; conselheiro Wesley Costalonga, representante do segmento de música; conselheira Marjorie Wippel, representante da Secretaria do Meio Ambiente, e conselheiro Marcelo Moraes, representante do segmento de cultura urbana. Também presentes os visitantes Iara Roccha (CIA teatral Língua de Trapo ponto de cultura/Articuladora da Rede Cultura Viva de base comunitária de Petrópolis RJ), Margareth Mattos (Segmento de Artes Plásticas), Juliana Possas (Fiocruz Petrópolis), Catarina Maul (gerente do Centro de Cultura), Carla de Carvalho (Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis), Mônica Valverde (Afro Serra Petrópolis), Lucinéa Oliveira Vieira (Radio Poste comunitaria Vila Rica coordenadora), Gabriella Bento (representando mandato popular Yuri Moura), Maria das Graças Ferreira (do DAU Uerj Campus Petrópolis), Rachel Wider (Casa de Petrópolis), Patricia Drach (DAU ESDI UERJ), Sabrina Luise (DAU UERJ), Alexia Cantreva (DAU UERJ), Sylvio Costa Filho (Grupo Teatral Pessoal Aí), Gabriela Freitas (Arquitetura e Urbanismo UERJ/CMP), Pita Cavalcanti (Grupo Teatral Pessoal Aí), Luciana Viveiros (Presidente do Comtur), Raquel Costa Nery (consultora para o projeto Palácio Amarelo: Plano de Ação e Preservação e professora da

pós DAU Uerj), Maria Sônia M. Pinho (representando o Vale das Videiras), Suzane Werdt (musicista e produtora cultural), Joaquim de Paula, Dafne de Souza, Guilherme Barcelos e demais participantes e ouvintes. Realizadas a leitura dinâmica e a aprovação da ata referente à assembleia ordinária ocorrida no mês de fevereiro, com a solicitação do conselheiro Elie Mikail de que fossem incluídas e registradas duas falas suas feitas naquela reunião, sendo a primeira referente ao Theatro D. Pedro, em que ele pede que o IMCE e o INEPAC se alinhem para que sejam tomadas as decisões adequadas à sua reforma, e, nessa oportunidade, que a Comissão do CMC de Acompanhamento das Obras seja devidamente convocada para participar dessa discussão também, visto que ela possui corpo técnico qualificado para o embasamento deste processo. A outra fala dizia respeito à iniciativa do IMCE de disponibilizar aos artistas e produtores mais uma sala do Centro de Cultura e que, ao anunciar isso, Elie propôs que ela recebesse o nome "Sala Waleska Osório", em homenagem à atriz falecida recentemente em Petrópolis. Foi anunciada a pauta composta pelos seguintes itens: i) mudança do IMCE para Instituto Municipal de Cultura; ii) criação da Comissão Gestora do Sistema Municipal de Museus conforme Decreto 779/2019; iii) criação da Comissão da Lei Municipal de Incentivo à Cultura; iv) posse dos representantes do poder público nas comissões do Conselho; v) mudança do nome da cadeira de artes cênicas; vi) solicitação de audiência do CMC e Fórum Popular com o prefeito; vii) pagamento Fique em Casa com Cultura; viii) homologação do edital do Fundo de Cultura 2020; ix) aprovação do escopo do edital do Fundo de Cultura 2021; x) reformulação do Código de Posturas no que trata de eventos culturais (proposta de mudança no Art. 16 e no Título VIII, Capítulo I – Do divertimento público; xi) aprovação da logomarca do Fundo Municipal de Cultura; xii) notícias da contratação da manutenção do Portal Cultura Petrópolis; xiii) notícias sobre as licitações do painel da Djanira, reformas do CDC, obras do Theatro D. Pedro e Palácio de Cristal; xiv) votação da cadeira da Rede de Pontos de Cultura (pauta prioritária, se alcançar quórum) e xv) informes gerais. Dando início à reunião, Diana Iliescu anunciou a recente aprovação pela Câmara dos Vereadores de uma nova lei proposta pelo Poder Executivo separando a pasta da Cultura da do Esporte. Sandro Gomes explicou que, com essa nova lei, o IMCE transformou-se em IMC–Instituto Municipal de Cultura, apresentando pequenas modificações na sua estrutura, e que foi criada apenas a Secretaria de Esportes, Promoção da Saúde, Juventude, Idoso e Lazer, passando o Instituto a se dedicar à elaboração de políticas públicas de fomento e de incentivo à Cultura, sendo esta a sua atribuição principal. Sandro também esclareceu que, com essa nova lei, houve modificação no percentual de repasse do valor arrecadado pela bilheteria do Museu Casa de Santos-Dumont ao Fundo Municipal de Turismo, cuja conta passará a receber o equivalente a 40% ao invés dos 50% anteriores, já que o referido museu será administrado pelo IMC. Questionado pela presidente do COMTUR, Luciana Viveiros, sobre essa alteração do repasse, Sandro Gomes respondeu que, juridicamente, é prerrogativa do Poder Executivo elaborar reformas e reestruturações administrativas da prefeitura. Esta previu, com a vinda do museu ao IMC, um impacto financeiro por conta do aumento dos gastos para sua administração e a possibilidade de implementação de projetos voltados ao próprio espaço. Enfatizou que todo o trâmite foi feito de acordo com o que preceitua a legislação, apesar de considerar a legitimidade do

questionamento apresentado. Por fim, Diana Iliescu colocou o CMC à disposição para conversar sobre isso diretamente com o COMTUR e passou para o próximo item de pauta, relativo à composição da Comissão Gestora do Sistema Municipal de Museus de Petrópolis, vinculado ao CMC e cuja regulamentação se deu a partir do Decreto 779/2019. Convidou a conselheira e museóloga do IMCE, Ana Carolina Vieira, a apresentar um breve histórico da criação deste sistema, juntamente com a representante do segmento de museus e patrimônio histórico-cultural, Rafaela Lisboa. Após, o encaminhamento foi colocado em votação e o CMC aprovou que seja formada a Comissão Gestora, de acordo com o previsto no Artigo 7º do referido decreto. Dando seguimento aos itens de pauta, Diana Iliescu iniciou os debates acerca da criação de uma comissão dentro do Conselho para dialogar, propor e encaminhar ao governo o formato de uma lei municipal de incentivo à Cultura. Elie Mikail destacou a relevância e urgência deste trabalho de engajamento na cidade entre a classe artística e produtores culturais com o empresariado, e a plenária aprovou por unanimidade a criação desta comissão. A seguir, foi definida a sua composição, havendo a concordância da plenária de que ela fosse, a princípio, paritária e com seis integrantes ao todo. Da sociedade civil, se candidataram e foram aprovados os nomes de Aline Castella, Neiva Voig e Elie Mikail. O poder público indicou Sandro Gomes, Leonardo Cerqueira e Inez Petri, ficando assim definida a Comissão da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. O próximo ponto de pauta referiu-se à posse dos representantes do poder público nas comissões já instituídas no CMC e Leandro Kronemberger indicou os nomes de Sandro Gomes e Leonardo Cerqueira para a Comissão de Orçamento e Finanças. Também foi indicado o nome de Sandro Gomes e o dele próprio para integrarem a Comissão de Criação do Novo Plano Municipal de Cultura, até haver uma definição com relação às novas nomeações para os cargos do IMC. Passou-se para o próximo item de pauta, referente à questão da denominação da cadeira de artes cênicas. Elie Mikail explicou a razão do pleito de retornar o seu nome para cadeira de teatro, dizendo que o termo "artes cênicas" engloba ainda a dança, música, performance, circo, além do teatro, o que gera uma "deformidade" na sua conceituação, por conta da duplicidade nestas representações. Convidado para falar sobre o tema, Cerqueira esclareceu que essa alteração na denominação da cadeira se deu para atender ao pleito de representação do movimento artístico ligado ao circo, malabarismo e palhaçaria da cidade, isso na época em que se processavam os trabalhos de revisão da Lei do SMC. Que esta comissão se reuniu por quatorze vezes até chegar a uma proposta de texto a ser levada à plenária do Conselho e a uma audiência pública, ficando ainda disponível para consulta popular durante uma semana. Cerqueira justificou sua fala, dizendo que não desmerece a colocação do conselheiro Elie, mas lembrou que esse debate foi amplo, não tendo naquela época, e apesar do segmento do teatro estar presente em todo esse processo, nenhuma oposição a essa alteração. E que, finalmente, modificá-la de novo somente seria possível através de outra lei. Maria Luísa corroborou a fala de Cerqueira, acrescentando que a secretaria do CMC possui em seus arquivos a memória de todo esse processo, que gerou atas e formulários de sugestões e pedidos de alterações, e que, apesar de confiar no parecer do conselheiro Elie, entende que este é um problema que merece uma reflexão por parte dos membros do CMC para que haja maior conscientização no momento em que se vota em alguma matéria, de forma que as

deliberações não tenham que ser questionadas novamente. Diana Iliescu concluiu que o parecer é de que o CMC não teria a prerrogativa de solicitar, neste caso, quaisquer modificações, a partir do momento em que seria preciso mudar a legislação, devendo isso, portanto, passar pelo Poder Executivo e pela Câmara Municipal. Isto posto, Elie Mikail informou que irá levar esse assunto ao conhecimento da Comissão de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer da Câmara Municipal e ao Gabinete do Prefeito para que este pleito seja atendido, atualizando a plenária sobre o andamento desse processo. Diana sugeriu que o segmento atual de artes cênicas elaborasse um regimento interno documentando o que de fato está sendo representado nessa cadeira. Passou-se para o próximo item de pauta, referente à solicitação de uma audiência entre o prefeito e uma comitiva formada por representantes do CMC e do Fórum Popular de Cultura, na intenção de tratar assuntos ligados à criação da lei municipal de incentivo à cultura, aos pedidos de alterações no atual Código de Posturas, ao entendimento com relação às mudanças estruturais no IMC, ao cumprimento da Lei do Funcultura, além de outros temas. Foi aberta uma inscrição no chat aos conselheiros interessados em participar dessa reunião, pré-agendada para acontecer a partir da segunda metade do mês. Passou-se para o próximo item, relativo ao pagamento do Edital Fique em Casa com Cultura, ao que Sandro Gomes respondeu que vem insistindo sobre este assunto com a Secretaria de Fazenda e que ela já se comprometeu em realizar essas quitações o mais rápido possível. Prosseguindo com a pauta, Leonardo Cerqueira informou sobre o edital do Fundo de Cultura 2020, confirmando que, tendo em vista que a sua homologação – publicada no Diário Oficial do Município do dia 1º deste mês – se deu no período anteriormente previsto para execução, os projetos selecionados serão executados a partir de março até maio, conforme nota constante ao final da portaria, precisando, portanto, que todos enviassem ao IMC um novo cronograma de atividades para que sejam programados os pagamentos. Nesse momento, Sandro Gomes enalteceu o empenho dos funcionários concursados integrantes da equipe do IMCE que se esforçaram e conseguiram executar todas as tarefas burocráticas exigidas pelos editais lançados no ano passado, garantindo dessa forma o benefício aos artistas. Seguindo para o próximo ponto de pauta, relativo à aprovação do escopo do Edital do Fundo Municipal de Cultura 2021, Leonardo Cerqueira relatou, em nome da Comissão de Projetos Culturais, sobre os pontos discutidos nas suas reuniões, dizendo primeiramente que é intenção da mesma propor ao Delca que o edital seja uma chamada pública simplificada, com prêmios. Quanto aos prazos, é proposto que ele seja elaborado em março, com inscrição e procedimento licitatório previstos para o período de abril a julho e execução de projetos entre agosto e dezembro, tendo como segunda alternativa de execução os meses de setembro a dezembro, caso haja a necessidade de um debate mais cuidadoso em relação à forma do edital. Quanto ao valor (o orçamento aprovado para 2021 do Fundo é de R$ 305.000,00), a Comissão propôs que fosse de R$ 270.00,00, chegando a esse montante por causa da previsão de gastos com pareceristas – cerca de R$ 12.000,00 – e de uma sobra do orçamento para eventuais propostas de projetos estruturantes, como o Portal Cultura Petrópolis, sendo esta reserva de R$ 20.000,00 que, caso não seja utilizada até o final do ano, poderá ser direcionada à ampliação do número de projetos contemplados. Também será necessário que a plenária delibere sobre a natureza das

inscrições, sendo que, no caso de serem de pessoas físicas, que seja levado em consideração o seu quantitativo, para cálculo de reserva de um percentual de valor direcionado ao pagamento obrigatório do imposto patronal. Cerqueira apresentou uma proposta inicial, vinda da Comissão, de número de projetos e valores, prevendo que sua execução seja realizada de forma on-line, dado o momento ainda incerto da crise sanitária. Quanto à exigência de documentação por parte do Delca, ela é fruto dos formatos de licitação que se escolhe, ou seja, se chamada pública ou concurso. A Comissão definiu que o proponente comprove a execução de sua atividade cultural no município e que ele esteja devidamente cadastrado no site Cultura Petrópolis. Cerqueira ainda explicou que, levando em conta pedidos anteriores vindos do Conselho, a Comissão sugeriu a adoção de uma cota de forma a distribuir as vagas mais uniformemente entre os segmentos, propondo que a primeira classificação seja por ponto, aprovando ao menos 01 (um) projeto para os 17 segmentos constantes na Lei do SMC, como forma de manter a excelência na contemplação dos projetos, mas também, por outro lado, garantir minimamente a diversidade cultural do edital. Por fim, Leonardo Cerqueira encaminhou que a plenária permitisse, no caso de se optar pelo formato de prestação de serviço (o que incidirá em impostos) e para ganhar tempo, que a Comissão tenha a autonomia e a prerrogativa necessárias para definir e readequar o número de projetos e os valores em função destes impostos. Dito isto, Diana Iliescu abriu a palavra para propostas e comentários. Iara Roccha aproveitou para perguntar se o edital, dentro do seu escopo, poderia contemplar especificamente os pontos de cultura, colocando-se à disposição, juntamente com a Rede de Pontos de Cultura existente na cidade, para apoiar as discussões acerca de lançamentos de editais que passem a atender a este grupo. Cristiane Monteiro destacou a importância de se estabelecer critérios mais bem explicados e balizadores no edital que possam pontuar mais os projetos, levando-se em consideração, por exemplo, o número de envolvidos e de pessoas alcançadas ou o impacto e a diferença que ele pode trazer à cidade; isso independentemente do valor de financiamento que o proponente tenha recebido. Durante estes apontamentos, André Amon, por achar que havia itens complexos e muitas possibilidades a serem definidas no escopo do edital, encaminhou para votação que fosse agendada uma assembleia extraordinária com essa pauta única de discussão, obtendo o seguinte resultado: a favor de votar as propostas neste dia: Leandro Kronemberger, Leonardo Cerqueira, Inez Petri, Sandra Leite, Neiva Voigt, Elie Mikail, Wesley Costalonga, Aline Castella, Marcelo Xavier e Rafaela Lisboa; a favor de votar em uma assembleia extraordinária: Rosa Paranhos, Marcos Carneiro e André Amon; abstiveram-se: Maria Luísa e Marcelo Moraes. Portanto, a plenária deliberou pela votação do escopo na presente assembleia. Dando início às votações para a definição do escopo do edital, foi aprovado que o prazo de execução seria entre agosto e dezembro de 2021 com a segunda possibilidade de que ele seja estendido para os meses de setembro a dezembro de 2021. Quanto ao estabelecimento de cota para cada segmento, diante dos debates ocorridos na plenária, foi aprovado o encaminhamento de Leonardo Cerqueira para que, além dos 17 segmentos originais constantes na Lei do SMC, abram-se vagas para mais dois, sendo uma para multi-segmentos e outra para os pontos de cultura, perfazendo um total de 19 segmentos com cota. Foram apresentadas para votação quatro propostas de número de projetos e valores

divididos em R$ 270.000,00, obtendo o seguinte resultado: proposta 01 (54 projetos de R$ 5.000,00) – nenhum voto; proposta 02 (47 projetos de R$ 1.500,00, 20 projetos de R$ 5.000,00 e 10 projetos de R$ 10.000,00) – votaram: Rafaela Lisboa, André Amon, Aline Castella, Marcos Carneiro, Wesley Costalonga, Elie Mikail, Rosa Paranhos, Neiva Voigt, Sandra Leite, Leonardo Cerqueira, Leandro Kronemberger, Inez Petri e Maria Luísa; proposta 03 (16 projetos de R$ 5.000,00 e 19 projetos de R$ 10.000,00) – votou Marcelo Xavier; proposta 04 (20 projetos de R$ 3.000,00, 20 projetos de R$ 5.000,00 e 11 projetos de R$ 10.000,00) – nenhum voto. Portanto, a proposta vencedora foi a de número 02, com a ressalva de que a Comissão de Projetos Culturais, no caso de precisar alterar valores por conta de impostos, terá a capacidade e autonomia para fazer essa adequação. Quanto à inscrição, a plenária aprovou a proposta encaminhada por Diana Iliescu que a distribuiu da seguinte forma: categoria 01 (R$ 1.500,00) – inscrições de pessoas físicas e MEIs; categorias 02 (R$ 5.000,00) e 03 (R$ 10.000,00) – inscrições de pessoas jurídicas, incluindo MEIs, sociedade simples, limitada, S.A. e demais. Com isso, foi aprovado o escopo do Edital do Fundo Municipal de Cultura 2021, passando-se para o próximo ponto de pauta, referente à reformulação do Código de Posturas no capítulo que trata de eventos culturais. André Amon relatou sobre os estudos de uma comissão composta por produtores técnicos, advogados e demais profissionais, gerando propostas específicas para o Artigo 16, relativo ao cálculo dos decibéis dos espaços que contratam música ao vivo, e para o Título VIII do Capítulo 1º "Do Divertimento Público". Diante da exposição técnica do André sobre estas questões, Sandro Gomes encaminhou para que o CMC e os empresários donos de casas noturnas, com o devido apoio do IMC, formassem uma frente junto à Câmara Municipal em relação ao assunto. André Amon contou que este grupo está formulando uma carta a ser encaminhada à Câmara, contemplando não apenas as propostas de alterações no Código de Posturas, mas também a criação de um setor único de legalização para eventos que beneficiará tanto os artistas quanto os empresários. Findo este item, passou-se à aprovação da logomarca do Fundo Municipal de Cultura. Diana Iliescu compartilhou as versões colorida e preto-e-branca, que foram aprovadas por todos. Foi solicitado que o IMC as encaminhasse aos proponentes contemplados no edital do Fundo de Cultura 2020 para que elas já fossem inseridas nos seus projetos. Dando seguimento aos itens de pauta, foram solicitadas notícias sobre a contratação da manutenção do conteúdo do Portal Cultura Petrópolis, ao que Leonardo Cerqueira informou que a Comissão do Projeto Estruturante levou a proposta ao IMC para que este disponibilizasse uma verba para esta contratação. A Comissão ficou de fazer um termo de referência para cotação de um profissional para realizar essa manutenção e alterar a estrutura do site, para então apresentar ao IMC os preços para análise e apreciação, pois, a princípio, o Instituto pretende custear este serviço. Dando seguimento à pauta, Sandro Gomes passou a apresentar informações acerca da restauração do painel da Djanira, dizendo que o processo de licitação encontra-se em julgamento de recursos das empresas inabilitadas. Quanto à obtenção de instrumentos musicais, o Departamento de Convênios solicitou que suspendesse a sua licitação para correções no termo de referência. Com relação ao Palácio de Cristal, Sandro ficou de oficiar a Turispetro para pedido de informações. Sobre as reformas do Centro de Cultura, ele informou que já houve uma sinalização da presidência para que fosse estudada a

disponibilização de orçamento próprio para arcar com parte das obras, independentemente das articulações do Departamento de Convênios para captação de recursos. Em relação ao Theatro D. Pedro, o IMC recebeu um ofício de resposta da Secretaria de Obras informando que foram encontrados percalços, necessitando de ajustes nos projetos e na planilha orçamentária que foram encaminhados à Caixa Econômica para análise e aprovação. Que a obra encontra-se paralisada, uma vez que necessita da aprovação do serviço reprogramado já enviado à Caixa, mas que a intenção é a de que as obras sejam retomadas o mais rápido possível. Elie Mikail teceu críticas em nome da Comissão de Acompanhamento das Obras, queixando-se por sentir que existe um distanciamento entre o IMC e a referida comissão. Que, por diversas vezes, tentou falar com a Secretaria de Obras sem sucesso, pois o telefone não atendia. Berg então respondeu que não há nenhum distanciamento, visto que ele ligou para o Elie informando justamente sobre o alinhamento que o secretário de Obras teve com o INEPAC e a empresa Studio G, responsável pelas obras do Theatro. E que, além disso, o secretário de Obras solicitou que fosse repassado à Comissão o número pessoal do seu celular para estabelecimento de contato, o que foi feito. Passando para os informes gerais, Maria Luísa deixou registrada a presença da professora Maria das Graças Ferreira, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Uerj, que está desenvolvendo um seminário para estudo de um plano de preservação do Palácio Amarelo, e que gostaria de apresentar este trabalho em uma próxima reunião do CMC. Iara Roccha agradeceu as participações e as presenças de Leandro Kronemberger e da Diana Iliescu no II Encontro Cultura Viva de Base Comunitária, realizado no dia 26 deste mês, quando foi apresentada oficialmente a Rede Cultura Viva de Base Comunitária de Petrópolis. Diana agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com a presidente do CMC, sra. Diana Iliescu. Petrópolis, 12 de abril de 2021.

Diana Iliescu
Presidente

Maria Luísa Rocha Melo
1ª Secretária